

CASO MASTER

Nelson busca saídas para capitalizar o BRB

Presidente do banco espera um novo prazo para entregar o balanço de 2025 ao Banco Central. A data prevista é 31 de março. A instituição financeira, segundo ele, está com o plano de capitalização estruturado

» ANA CAROLINA ALVES

Ed Alves CB/DA Press



Quatro dias do prazo final para a entrega do balanço de 2025, o Banco de Brasília (BRB) enfrenta um momento decisivo, cercado por incertezas sobre a situação financeira e pressão por respostas concretas ao mercado para captar recursos e por órgãos reguladores. Sem a sinalização do Banco Central (BC) sobre uma possível prorrogação do prazo de entrega, a instituição precisa apresentar uma solução viável para recompor o capital e evitar o agravamento da crise de confiança. Ao mesmo tempo, as alternativas apresentadas até agora, como fundo imobiliário e aporte de acionistas, seguem travadas. Especialistas ouvidos pela reportagem avaliam que o curto prazo e a falta de medidas efetivas aumentam a pressão.

Ao **Correio**, o presidente do BRB, Nelson de Souza, esclareceu que o pedido de extensão de prazo está relacionado ao momento atípico enfrentado pela instituição. "Como somos um banco com ações em bolsa, a maioria divulga os balanços até 31 de março, mas como estamos passando por esse momento, é algo totalmente aceitável que possamos passar desse prazo", afirmou. Mas até o fechamento desta edição, o BC não havia sinalizado para qualquer ampliação dessa data.

Nelson de Souza atribuiu o atraso à suspensão da Lei nº 7845/2026, de capitalização do BRB, por parte da 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal entre os dias 16 e 17 de março, que viabilizaria a operação. "Se não fosse isso, a gente já estava capitalizando até 31 de março", ressaltou. No dia 17, o desembargador Roberval Belinati, no exercício da presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) cassou liminar que impedia a capitalização.

Apesar disso, o presidente do banco reforçou que a instituição conta com um plano de capitalização estruturado e que prevê o prazo de até 180 dias para execução. "Temos um plano de capital pronto e entregue ao Banco Central desde fevereiro. A capitalização foi remetida, falta aportar para fazer a integralização", explicou.

O economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Bergo, avalia que o BRB enfrenta um momento difícil diante do prazo para divulgação do balanço e da ausência de sinalização do regulador (BC). "Até agora não houve nenhuma manifestação do Banco Central com relação à prorrogação desse prazo", afirmou. Segundo ele, a falta de definição aumenta a pressão sobre o banco, pois o não cumprimento do prazo pode gerar sanções e ampliar a desconfiança do mercado. "Acredito que esse prazo só será concedido se houver, por parte do BRB, a apresentação de uma proposta executável, que possa ser realmente utilizada. Até agora, as alternativas apresentadas estão muito vagas", alertou.

Bergo chama atenção para entraves internos que impactam justamente essas soluções exigidas pelo mercado e pelo Banco Central. "O BRB não marcou a assembleia extraordinária que estava prevista para a semana passada. Então, há uma interrogação muito grande, o que gera problemas para a gestão", disse. A reunião seria responsável por deliberar

Nelson Souza/Agência Brasília



Nelson de Souza: pedir ampliação do prazo ao BC é aceitável

medidas como aporte de capital e validar decisões estratégicas, o que impede o avanço de alternativas concretas. "Falou-se em fundo imobiliário, que não foi para frente. Falou-se em aporte do acionista, que também não avançou porque não houve reunião do conselho", completou.

No cenário externo, o especialista aponta que a recusa de grandes bancos em participar de alternativas de socorro deixa a instituição num impasse. "A Caixa, por exemplo, descartou a utilização de títulos do Banco Master, assim como o Banco do Brasil", afirmou. Para ele, esse movimento reduz os caminhos possíveis. Bergo completa que o cenário de federalização é improvável, principalmente pela natureza dos problemas enfrentados pelo BRB. "Os demais bancos assumidos pela União enfrentam problemas de gestão, não uma fraude, como o caso do BRB. O governo federal pode ter uma precaução de não levar um problema que

é do GDF e assumir esse prejuízo enorme", destacou.

O economista alerta para os riscos. "Tenho visto agências de risco reduzindo a nota do banco e não temos os indicadores de Basileia atualizados. Isso é um fator determinante para uma eventual ação do Banco Central", alertou. O Índice de Basileia é um indicador internacional que mede a saúde financeira dos bancos a partir da relação entre o capital próprio do banco ao risco das operações. Ele determina a capacidade da instituição em absorver perdas. No Brasil, o BC exige um mínimo de 11%, sendo que índices acima de 14% indicam maior segurança. Segundo o Relatório da Administração do banco do segundo trimestre de 2025, o Índice de Basileia era de 13,91%. No quarto semestre de 2024, o indicador era de 12,94%.

Bergo afirma que a solução mais imediata seria o aumento de capital, embora reconhecendo obstáculos políticos e operacionais. "A alternativa rápida é o GDF fazer

Raio X

- » Criado em dezembro de 1964 pela Lei Federal nº 4.545, que reorganizou administrativamente o Distrito Federal, o Banco de Brasília (BRB) consolidou-se como a principal instituição financeira pública do DF.
- » O banco foi criado para dotar o Governo do Distrito Federal de um agente financeiro que possibilitasse captar os recursos necessários para o desenvolvimento da região.
- » Segundo dados do primeiro semestre de 2025, o banco conta com 9,6 milhões de clientes e tem o Governo do Distrito Federal como acionista majoritário, com 53,71% de participação. Além da operação no DF, o BRB também tem agências em 19 estados brasileiros.

Ainda assim, destaca entraves recentes. "Mas o que se coloca é que a fraude foi feita no BRB e a solução tem que sair no BRB. Não é justo que a população pague por isso", completou.

Auditorias

Neste momento, o BRB passa por duas auditorias, uma do Banco Central e outra externa, que está sendo realizada pela Machado Meyer Advogados com assistência técnica da consultoria Kroll. De acordo com o especialista em mercado financeiro e análise macroeconômica da Armada Asset, Marcos Valadão, as auditorias precisam se concentrar em três frentes.

"Primeiro, a qualidade e a origem das carteiras ligadas ao Banco Master, que levaram a revisões bilionárias e exigem provisões adicionais relevantes", frisou. "Segundo, os ativos de baixa qualidade na carteira do BRB, ou seja, os fundos e créditos com alta inadimplência ou difícil realização, que podem gerar perdas extras e pressionar ainda mais o capital. Terceiro, a governança: é preciso entender se estruturas societárias complexas concentraram poder de decisão e se a fiscalização regulatória acompanhou essas operações com o rigor adequado", elencou.

Rating

Na visão de Marcos Valadão, o mercado vê a situação do BRB com receio. "A S&P baixou o rating do BRB para brB- em março de 2026, o segundo corte em menos de dois meses, e manteve o banco em CreditWatch negativo, com prazo de 30 dias para nova revisão", lembrou. "O gatilho do último rebaixamento foi justamente a incerteza jurídica sobre o plano de capitalização, não só as perdas em si. Na prática, o mercado passou a exigir prêmio maior para financiar o BRB: o custo

de emitir Certificado de Depósito Bancário (CDB), letras financeiras e outros instrumentos subiu, porque o investidor só topa entrar cobrando um juro mais alto", acrescentou.

Prazo

O BRB aguarda a resposta do Banco Central a respeito da extensão do prazo para entrega dos balanços pendentes e do plano de reestruturação. A expectativa é de que o prazo seja estendido até o fim de junho, mas ainda não há confirmação. A possibilidade de o BC ampliar o prazo para junho, dá fôlego para que o BRB vá ao mercado oferecer ativos e captar dinheiro. O BRB estaria negociando com o BC um waiver, isto é, uma licença temporária para cumprir determinada obrigação. O waiver é uma estratégia legítima e comumente usada quando a empresa percebe que poderá não honrar uma obrigação, justificando suas razões.

Assembleia

Enquanto o tempo corre, os acionistas aguardam a nova data para a assembleia-geral extraordinária para aumentar o capital social e a direção do BRB trabalha com outras estratégias com o objetivo de incorporar recursos ao caixa, entre elas, a securitização da dívida ativa do Estado e dos dividendos da CEB e da Caesb.

A assembleia, que estava agendada para o último dia 18, e adia-se sem data definida, também será estratégica visando a discussão da proposta de aumento do capital social da instituição financeira. O banco prevê a emissão de até 1,675 bilhão de novas ações ordinárias, ao preço de R\$ 5,29 por ação. Caso o valor máximo seja alcançado, o capital social da instituição poderá passar dos atuais R\$ 2,34 bilhões para a quantia de até R\$ 11,2 bilhões.

A alternativa rápida é o GDF fazer um aumento de capital no BRB"

César Bergo, economista e professor da UnB

um aumento de capital no BRB", avaliou. Ele explica que uma das possibilidades seria via mercado. "O banco poderia lançar ações no mercado, com prioridade para os acionistas atuais, em uma emissão primária, ou seja, com entrada direta de recursos no caixa", explicou.